

Economia Solidária e Autogestão

*Luigi Verardo**



*Técnico da Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias - ANTEAG

Economia solidária e autogestão constituem-se, antes de tudo, como projeto e ao mesmo tempo movimento social. Não se trata simplesmente de utopia porque, de uma forma ou de outra, já se realiza como alternativa não só econômica, mas também social e cultural. O caráter alternativo, do ponto de vista cultural, é marcante porque se desenvolve num mercado e numa sociedade essencialmente avessos à solidariedade entre os homens; e apesar disso tem sobrevivido.

Além disso, alternativa pressupõe, no mínimo, a existência de dois elementos básicos: negação do modelo existente e afirmação de uma perspectiva diferenciada. A solidariedade, por sua vez, subentende a existência de nexos que estabeleça cumplicidade ou coerência de uma coisa com a outra.

As reflexões aqui apresentadas são fruto da experiência que acumulamos na ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão. Com atividades iniciadas em 1991, nasceu do esforço de reunir e representar projetos de autogestão e economia solidária em nível nacional. Vem prestando assessoria e capacitando trabalhadores no sentido de garantir o desenvolvimento dos projetos de gestão coletiva e como negócios viáveis no mercado vigente.

Economia X solidariedade ou economia solidária?

No mundo em que vivemos, “economia” significa economia de mercado. Mercado significa viver da exploração voltada exclusivamente a obter cada vez mais lucro, baseando-se essencialmente na competição, concorrência e, conseqüentemente, na exclusão dos menos competitivos e perdedores. Assim, de certa forma, as palavras “economia” e “solidariedade” representam duas áreas antagônicas.

Por conseguinte, distinguir “solidariedade” de “economia” permite definir, demarcar a qualidade do relacionamento entre os próprios trabalhadores, da atitude deles para com o mercado (através do relacionamento com os clientes, fornecedores etc.). O primeiro espaço é o lugar das relações solidárias; o segundo, reservado ao comportamento agressivo da

concorrência e competição. Distinguir quer dizer algo mais do que separar as partes: significa ter comportamento adequado para cada uma das esferas de atuação. Nisso reside nossa maior dificuldade: no relacionamento com o mercado tem-se que ser competitivo e duro; já no relacionamento com os parceiros ou companheiros, tem-se que ter um comportamento fraternal, não agressivo e tampouco duro e desumano.

O método de abordagem e de relacionamento determina profundamente o conteúdo do trabalho de construção e desenvolvimento da economia solidária. Ao contrário da concepção de que o resultado é o que interessa e não os meios utilizados, aqui os meios determinam (contaminam) necessariamente os fins. Isto é, quando trabalhamos no campo da economia solidária é imprescindível que sempre haja coerência entre o método e o conteúdo. Do contrário, poderemos estar promovendo, no mínimo, a dissociação (tão na moda hoje!) do gesto com a fala, do discurso com a prática. E, quando isso acontece, estaremos fazendo qualquer coisa, menos economia solidária.

A construção da autogestão e da economia solidária pressupõe necessariamente práticas solidárias. Isto é, quem tiver práticas de concorrência no nosso meio estará destruindo o trabalho proposto. Quando nos inscrevemos no campo do trabalho conjunto, participamos de um processo de constituição de uma frente social e política de atuação em que se estabelecem princípios e normas de conduta coletivos sob os quais todos devem acordar.

Estabelecer acordo e formalizar princípios visa justamente organizar o trabalho de construção, fazendo com que o conjunto seja maior que a soma de cada uma das partes envolvidas. Ao contrário disso, a informalidade, longe de ser uma virtude, cria ambiente muito propício à vaidade, à promoção pessoal e ao oportunismo. Aliás, a existência de um código pode garantir que nosso trabalho seja duradouro, prevenindo contra práticas fracionistas que tanto tem destruído nossa política de construção de alternativas populares, democráticas e socialistas.

No trabalho social e político é fundamental saber tratar das diferenças, de maneira que não



se promova a desigualdade, tanto no ordenamento hierárquico (para cima ou para baixo na escala social), quanto pelo privilégio ou pela exclusão. Vivemos imersos numa cultura de dominação em que “naturalmente” transformam-se características e diferenças em desigualdade e injustiça. Com a mesma “natural desenvoltura”, como num passe de mágica, nossos pensamentos e nossas práticas separam: os que estão do nosso lado dos que estão em trincheira oposta; os de dentro dos de fora, os bons contra os maus, simplesmente; amigos versus inimigos, como se o mundo e a vida tivessem apenas dois lados. Um bom exemplo disso é observar que quem criticava FHC era visto como petista. Quem é (ou foi) contra a guerra no Oriente Médio é (ou era) do lado de Saddam Hussein ou até da Al Qaeda. Não ouvimos Bush e companhia falarem como se quem não estivesse a favor da guerra estaria contra os Estados Unidos? No passado, no final da Idade Média, principalmente durante a Santa Inquisição, ou se estava com Deus ou com o Diabo, e daí a fogueira. É bom lembrar que no século passado houve uma reedição da Santa Inquisição através do Julgamento de Moscou: agora, ou revolucionário ou contra-revolucionário.

Diante das marcas pessoais, características regionais, diferenças étnicas e sexuais e formas próprias de pensar, separar, segregar e excluir são a maneira mais pobre de se viver e de se

relacionar. De fato, existem inimigos, pessoas e grupos perigosos e violentos. Contudo, entre uma coisa e outra existe a possibilidade de se estabelecer acordos, parcerias, colaborações, alianças, frente de trabalho comum etc.

Solidariedade para com os solidários

A economia solidária é avessa à realização de política compensatória. Isto quer dizer que trabalhamos pela autonomia e não pela dependência dos empreendimentos e, tampouco, promovemos a precarização (direta ou indiretamente) das condições de trabalho. Diferentemente da política do Terceiro Setor, ela não deve substituir o papel do Estado em seus compromissos e obrigações sociais. Dizer que lutamos contra exploração significa que combatemos toda e qualquer prática em que um empreendimento “solidário” explore outro empreendimento “solidário”, seja através da cadeia produtiva, seja através de rede. Além disso, também trabalhamos pela diminuição das diferenças de retiradas no interior dos empreendimentos. Em suma, lutamos pela demarcação conceitual da economia solidária como forma de resgatar essencialmente a dimensão humana do trabalho.

Na ANTEAG representamos empresas de autogestão e investimos para que se possa

demarcar diferença não apenas pela palavra, mas, principalmente, pela prática. Por conta disso, consideramos empresa de autogestão os empreendimentos econômicos cuja gestão é exercida democraticamente pelos trabalhadores, organizados sob a forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sociedade anônima ou sociedade cooperativa que deve ainda preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Inacessibilidade das quotas-partes ou ações do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- Direito do trabalhador de votar e ser votado para qualquer cargo, inclusive de direção, tendo cada trabalhador direito a apenas um voto;
- Controle do poder de decisão e da gestão da empresa pelos trabalhadores, com participação direta e indireta nas decisões;
- Diferença entre a maior e a menor remuneração dos trabalhadores autogestionários não superior a 06 (seis) vezes. Havendo, excepcionalmente, necessidade de uma diferença maior do que seis vezes na remuneração, esta não pode atingir mais do que 3% do total de trabalhadores autogestionários, devendo esta situação ser aprovada em assembléia dos trabalhadores, especialmente convocada para essa finalidade, devendo a convocação ser realizada através de edital em local de notório acesso;
- Proibição de contratação de outros trabalhadores a não ser que o número da contratação seja igual ou inferior a 1% do efetivo dos considerados trabalhadores cooperados ou associados. Deve-se observar ainda que: 1) quando se tratar de contratação para ocupar funções diretivas nas empresas, o compromisso deve ser de curta duração – não superior a seis meses; 2) quando se tratar de contratação de mão-de-obra para atender a sazonalidade ou a período de curta duração em que se requer aumento temporário de produção, pode-se excepcionalmente contratar mais trabalhadores desde que por um período não superior a quatro meses; 3) durante este período o trabalhador é contratado segundo a legislação trabalhista em vigor (CLT).
- Existência de mecanismos democráticos de gestão e definição em assembléia de questões como política de remuneração, política disciplinar, política de recursos humanos,

formas de organização da produção e destino dos resultados e excedentes;

- Adoção dos princípios autogestionários, tais como, tomadas de decisão democráticas e coletivas, transparência administrativa, solidariedade e fraternidade entre os companheiros, valorização das pessoas e cidadania;

- Resgatar os conceito de “eficiência” e “qualidade”, mas não limitados apenas aos benefícios materiais. Afinal, queremos eficiência social e qualidade de vida;

- Desenvolvimento integral que busca sustentabilidade, justiça social e econômica, responsabilidade ambiental e democracia não apenas social, mas também econômica.

Construindo e consolidando a autogestão e a economia solidária

Acompanhamos há mais de dez anos a trajetória vivida por empresas de autogestão e vimos surgirem novas perspectivas e, principalmente, novos problemas para a constituição e desenvolvimento dos projetos. No começo era fundamental conhecer os elementos básicos (os alicerces) da autogestão, principalmente em suas dimensões econômicas, jurídicas, sociais e administrativas. Era questão de vida ou de morte promover a construção efetiva dos projetos e divulgar sua realização tanto para os trabalhadores diretamente envolvidos quanto para o convencimento dos demais e para a sociedade em geral. Com este fim realizamos os encontros nacionais e regulares dos empreendimentos e demos publicidade às realizações.

Agora, buscamos aprofundamento teórico e prático das questões relacionadas à autogestão e à economia solidária e ampliação da nossa área de atuação. Neste contexto, dentre outras coisas, criamos grupos de estudos de autogestão, ampliamos as atividades educativas e diversificamos nosso trabalho de atuação social e econômica como, por exemplo, através da constituição dos empreendimentos e de redes de economia solidária em convênio com poderes públicos. Isto é, se a ANTEAG esteve durante alguns anos voltada (quase exclusivamente) ao setor industrial, aspectos provenientes das demandas sociais e as parcerias com instituições públicas (estaduais e municipais) promoveram e têm propiciado ampliação do foco originário.

Porém, dentre as novidades, a de maior desafio e também a mais instigante, é a necessidade de se dar conta da dimensão cultural e das perspectivas políticas que se apresentam no processo de amadurecimento (e não apenas crescimento) pelo qual passa a ANTEAG. Hoje, o papel da representação e legitimidade, bem como, a necessidade de se combinar de forma coerente os aspectos teóricos com os práticos da autogestão são elementos cruciais. É nesse contexto que se insere a realização do **1º Congresso Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão** para consolidação e efetiva legitimação da ANTEAG como representativa dos trabalhadores e empresas de autogestão.

É bom lembrar que “autogestão” significa organização de uma forma de empreendimento coletivo em que se combinam a cooperação do conjunto dos trabalhadores nas atividades produtivas, serviços e administração, com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio e ao relacionamento social das pessoas diretamente envolvidas. Isto é, ao investir no desenvolvimento de tecnologias adequadas à autogestão, na promoção de novos produtos, na orientação técnica voltada à viabilidade dos empreendimentos, na ampliação das relações comerciais, na constituição de redes de negócio, investe-se, simultaneamente, no desenvolvimento individual e coletivo dos trabalhadores. Afinal, autogestão pressupõe a existência de autonomia. Isto é, as pessoas devem ter a capacidade e o poder de definir para elas mesmas as regras, o regulamento e as normas de relação e funcionamento.

Além de autonomia, autogestão também quer dizer autodeterminação. E, por conta disso, decorrente dos anos de atividades realizadas, empresas e trabalhadores dos empreendimentos incluídos nos projetos autogestionários vêm assumindo progressivamente a direção política da Associação Nacional dos Trabalhadores de Autogestão. É este o sentido do que queremos dizer quando afirmamos **que a construção da economia solidária e da autogestão pressupõem necessariamente práticas solidárias e promotoras de autonomia em suas organizações.**

A ANTEAG, enquanto Associação Nacional dos Trabalhadores, vem intensificando sua participação nas atividades relacionadas ao

movimento social da denominada economia solidária e, conseqüentemente, das articulações e parcerias nesta área de atuação. Hoje a autogestão começa a ter uma dimensão nacional para a qual somos chamados a contribuir social e politicamente. Além disso, quando se fala de representar e de possuir legitimidade pretende-se, antes de tudo, que as empresas devam assumir cada vez mais o papel, não apenas de garantir o seu negócio e organizar sua unidade produtiva, como também o de atuar na construção coletiva dos interesses e ideais relacionados com cada um dos empreendimentos.

Educação para autogestão

A constituição de projetos autogestionários significa tratar de propostas que são, antes de tudo, processos em construção de um modelo organizacional de empreendimento coletivo. Investir na realização de projetos autogestionários significa, primeiramente, elaborar alternativas, o que pressupõe um incessante trabalho crítico tanto no sentido de negar (na teoria e na prática) o que se quer **superar** (por exemplo, competição, individualismo e exploração), quanto no de **construir o novo** que se propõe (por exemplo, solidariedade, sociabilidade, integração, confiança e cooperação). O papel da educação é central tanto na implantação quanto no desenvolvimento das atividades autogestionárias. Normalmente somos educados para ser individualistas e competitivos, com a idéia de que com a concorrência, vence o melhor. Com a educação autogestionária temos a preocupação permanente de desfazer o sistema de valores já cristalizado na cabeça das pessoas e reconhecer a necessidade de estabelecer novas premissas.

O nosso projeto de autogestão caracteriza-se, antes de tudo, como um processo em construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano enquanto sujeitos que produzem e decidem. Não basta ser sócio, possuir quotas-partes de uma propriedade coletiva e participar apenas subscrevendo decisões periódicas. Quando se fala em gestão democrática pretende-se que os trabalhadores possam decidir sobre tudo o que acontece na empresa: metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal etc.

Realizar atividades educativas para a autogestão significa investir no trabalho de capacitar e formar o coletivo para que as decisões e o controle pertençam, de fato, aos próprios trabalhadores que integram a empresa. Isto quer dizer que se trabalha não apenas no nível das informações, mas, principalmente, na formação de novos valores sociais e culturais.

Assim, a economia solidária tem como objetivo criar, manter e ampliar as oportunidades de trabalho e de acesso à renda, através de empreendimentos autogestionários de forma coletiva e participativa, pelos próprios trabalhadores e produtores.

Só é possível construir esse processo baseado no incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas que proporcionem uma distribuição de renda justa que seja capaz de estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente.

Por fim, objetivando ampliar o espaço comercial, social e cultural dos empreendimentos autogestionários, propomos a integração e o desenvolvimento organizacional com a participação ativa de todos os trabalhadores e empresas de autogestão numa perspectiva solidária.

Empresas acompanhadas pela ANTEAG de 97 a 2003 Empresas por setor produtivo

SETOR	Nº DE EMPRESAS	Nº DE TRABALHADORES
Abatedouro	2	160
Agroindústria	48	6.652
Alimentação	14	652
Artesanato	2	153
Borracha	2	170
Cerâmica	3	565
Couro/Calçados	36	3.774
Metalmúgica	49	6.754
Mineração	5	665
Móveis	5	227
Plástico	9	571
Reciclagem	17	534
Serviços	34	13.578
Têxtil/Confecção	30	3.550
Transportes	2	2.050
Vídeos e Cristais	4	270
TOTAL EMPRESAS	262	40.325
EMPRESIMENTOS POPULARES	164	5.740

ANO	Nº de Trabalhadores Acompanhados em 2003	Nº Empresas em 2003
1994	3.088	14
1996	6.176	33
1998	6.260	36
1999	5.901	31
2000	6.548	38
2001	6.961	38
2002	27.074	108
2003	35.035	118
2002	8.288	40
2003	4.081	38
Total de trabalhadores acompanhados pela ANTEAG		
		40.325
Total de Empresas		
		262
Total de Empreendimentos Populares		
		164